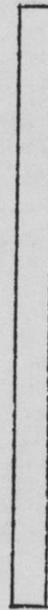


CARTA - RELATÓRIO

sobre



SINDICALISMO RURAL

1964

Wanderley, Luiz Eduardo
Waldemarin

CARTA - RELATÓRIO SÔBRE SINDICALISMO RURAL

1. Introdução.

Atendendo a uma solicitação da Coordenação do MEB nacional e de alguns Bispos, escrevo esta carta-relatório sôbre o sindicalismo rural brasileiro.

Sou hoje um cristão esmagado pelo pêso de inúmeras acusações e alguém que não merece sequer a celeuma existente sôbre sua pessoa. Muitos poderão perguntar: mas por que se calou, por que deixou as acusações serem propagadas por tanto tempo? Sou dos que acreditam ainda que é preferível "admoestar o irmão que achamos estar errado setenta vêzes sete", antes da denúncia, da queima do nome, de lançar a primeira pedra, sem conhecer em profundidade este irmão. Lamento, apenas, não ter enviado anteriormente alguns esclarecimentos como deveria ter feito. As críticas, porém, ganham dimensões nacionais, sou acusado de "liderar certa orientação entre os leigos", "de traidor da confiança da Igreja", "de muito avançado", "de anti-clerical", etc. E, sem a possibilidade, ao menos, de um encontro mais íntimo, na caridade do Senhor, com meus detratores, circulares são escritas, reuniões são realizadas, conclusões são tiradas, aumentando o círculo dos que me acusam. Tento, portanto, prestar alguns esclarecimentos e faço-o por escrito - o que traz grandes limitações - quando meu desejo seria um contacto com cada um de Vossas Reverendíssimas, para o que fico à disposição.

A todos aquêles que tenham falado ou feito qualquer coisa contra mim, respondo que não posso deixar de amá-los. Passam inclusive a ocupar lugar prioritário nas minhas orações e no memento da Missa.

Esta carta-relatório será uma análise sintética e histórica de alguns acontecimentos, pois só uma visão de conjunto dará os elementos para julgar o que se segue. A bem da verdade, escrevendo de coração aberto e procurando ser autêntico, nela pretendo esclarecer algumas situações e aclarar alguns equívocos, situando a orientação do MEB e explicitando minha participação. Não me excuso de assumir responsabilidades e de ser julgado pelo que fiz, mas não posso assumir aquilo que não fiz. Em minhas revisões de vida tomei consciência de erros cometidos, de interpretações falhas, de falta de visão política, de caracterizações superficiais de pessoas, de análises duras das posições assumidas por alguns Bispos em questões temporais, às vêzes infundadas e sem razão. Em nenhum momento, contudo, faltou um imenso amor à Igreja e uma busca incessante de adesão ao Cristo.

Sou há nove anos militante de Ação Católica. Nela vim a descobrir o que é cristianismo e a exigência de uma resposta integral ao Evangelho. A partir deste fato, só um engajamento total na construção do reino de Deus tem sentido para mim. Assim, deixei a profissão por dois anos, após o término do curso na faculdade, para ficar como permanente na equipe nacional da JUC. Estes anos (1960/62) foram marcados por tensões de todos conhecidas e das quais carrego uma carga, eivada de injustas conclusões. Sômente para exemplificar, enquanto muitos hoje me criticam por radicalização e por incentivar a frente-única, os que me conheciam e alguns da própria equipe me achavam excessivamente prudente e temeroso quanto à frente-única, - o que fazia por incapacidade de fundamentação e, por que não dizer, receio de dialogar e ser envolvido pelos comunistas. Certamente mu-

dei, depois, mas se fiquei radical foi contra a injustiça, a hipocrisia, o desrespeito à pessoa humana e nunca aceitei a frente-única como norma, aceitando, porém, a colaboração com os não cristãos na linha do preceito "amarás ao teu próximo como a ti mesmo" e na medida das últimas encíclicas sociais, sofrendo com as questões práticas, firmadas na doutrina, mas com os desgastes que a aplicação desta doutrina propicia na experiência histórica, quando se trata da colaboração política com grupos de ideologias diferentes, como posteriormente se verá. Os agastamentos ficariam agudos com as incompreensões geradas pela complexidade deste problema.

Terminados aqueles anos, procurava um trabalho que favorecesse a aplicação dos talentos recebidos. O MEB foi uma descoberta. Pessoas ricas de doação e simplicidade e o choque com a realidade rural trouxeram-me muita esperança no futuro. Optei pela ação no setor do sindicalismo rural.

2. Visão histórico-interpretativa

Apesar da existência de algumas leis bem antigas, o sindicalismo rural brasileiro não passara de um punhado de experiências pioneiras, até o ano de 1960 (6 sindicatos). O abandono do nosso meio rural e a política dominante na época impediam, por vários modos, que a sindicalização rural fôsse concretizada. Dizia-se que alterar a situação do campo traria uma comoção social incompatível com a "calma necessária aos proprietários" e à Sociedade de então. A partir de 1960, novos fatores como as manifestações dos Encontros dos Bispos do NE, a celeuma causada pelas ligas de Julião, fatos que despertaram a opinião pública, o interesse de organizações diversas e do governo federal facilitaram o seu desencadeamento.

Ao decorrer do ano de 1961 e meados de 1962, o movimento sindical rural era orientado, em sua esmagadora maioria, por elementos de perspectiva cristã. Uma experiência que viria servir como paradigma para certos Estados foi a do SAR (Serviço de Assistência Rural-R.Gr.Norte).

Outras forças atuantes no meio rural, por razões tático-políticas, não estavam interessadas em sindicalização, preferindo outras formas de aglutinação dos trabalhadores do campo. Atuavam mais com ligas camponesas e em outras atividades. Mais conhecida, nesta faixa, era a ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), que tinha suas bases nas associações rurais de trabalho, ligada ao P.C.B. (Partido Comunista Brasileiro, da linha russa).

Por esta ocasião, a CNBB, através do seu Plano de Emergência, enfatizou, para os cristãos, a necessidade de um trabalho neste setor.

Com a perspectiva cristã outras forças foram surgindo:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • ligados a planejamentos das dioceses | <ul style="list-style-type: none"> SORPE: Serviço de Orientação Rural de Pernambuco FAG : Frente Agrária Gaúcha. FAGO: Frente Agrária Goiânia. FRAP: Frente Agrária Paraense etc. ... |
|--|--|

* Quando dissermos sindicalismo rural estaremos analisando o fenômeno em sua globalidade, tudo aquilo que diga respeito ao problema sindical rural; quando dissermos sindicalização rural enfocaremos o movimento do processo sindical, que vai da motivação, fundação, etc., até a ação, a dinâmica das entidades sindicais.

- . com trabalho independente: Frente Agrária Paulista.
- . círculos operários.

2.1 MEB e sindicalismo rural

Foi quando, atento à realidade e baseado na sua experiência, curta, porém, riquíssima, o MEB veio demonstrar que, a par de todo o trabalho para fornecer ao nosso homem rural consciência:

- de que êle é um ser livre e responsável,
- da exigência religiosa do espírito humano,
- da necessidade das relações com os outros homens,
- do mundo a ser transformado, a fim de satisfazer suas necessidades básicas e atingir os valores mais altos,
- enfim, de tudo aquilo que entendemos hoje como educação de base, fazia-se imprescindível propiciar-lhe instrumentos de ação.

Levar o homem a descobrir-se e a sua missão na comunidade, em todas as suas dimensões, e parar aí, seria uma irresponsabilidade, sendo necessário abrir-lhe os caminhos, pelo menos. É êle mesmo que nos vem exigir como e onde agir.

"Para atuar cristãmente no campo econômico e social, a educação com dificuldade haverá de mostrar-se eficaz, se os que a recebem não tomam nela parte ativa e se não fôr dada também através da ação" (MM, nº 228, Vozes, pg. 53). "Da instrução e educação deve passar-se à ação" (MM, nº 236 Vozes, pg. 55).

Êstes instrumentos de ação são variadíssimos, sendo os mais conhecidos: desenvolvimento do artesanato, clubes diversos, participação na política, cooperativas e sindicatos. A sindicalização, pelo clima de tensões existentes no campo, por ser o associar-se um direito fundamental da pessoa (os trabalhadores devem sentir-se solidários uns dos outros e colaborar na criação de iniciativas cooperativistas e associações profissionais ou sindicais" - (MM, nº 143, Vozes, pg. 36) mostrou-se como um dos instrumentos mais dinâmicos. Por isto, o MEB resolveu atender mais de perto a êste aspecto.

Ora, sabemos que o MEB tem atribuições específicas e limites definidos, sendo eminentemente educativo. Foi com esta característica, para atender às solicitações das equipes nas bases, às exigências dos educandos e expressa insistência dos Srs. Bispos, que êle resolveu criar uma assessoria para assuntos ligados ao sindicalismo rural. A responsabilidade desta assessoria ficou a meu cargo.

2.2 Início do trabalho. (2º trimestre de 1962)

Inicialmente, pretendia-se apenas chegar a uma educação sindicalista, na época pouco definida. Comecei, então, a conhecer os grupos que atuavam na faixa do sindicalismo rural e suas experiências, a fim de melhor capacitar-me. Foi quando participei do primeiro Encontro realizado por equipes de linha cristã, em julho de 1962, em Fortaleza. Até aquêle momento, um mínimo de coordenação existia apenas na região nordeste, havendo equipes agindo em âmbito estadual nas demais regiões. Na oportunidade, dadas as facilidades da minha presença no Rio, estabeleceu-se uma articulação nacional, ficando eu como um mero articulador nacional, propiciando contactos, participando de cursos, trocando experiências, ajudando como "ponte" no Ministério do Trabalho. Os participantes acharam muito cêdo para organizar uma coordenação nacional.

Quero, aqui, desfazer o primeiro grande equívoco. Jamais fui nomeado ou sequer assumi qualquer cargo de coordenação em nome da CNBB, como, em alguns artigos de jornais, maliciosamente, fui apontado. Confusões talvez tenham sido geradas por minha presença num Encontro realizado pela Frente Agrária Gaúcha, em Viamão, e na Semana Rural de Belo Horizonte, onde compareci na qualidade de convidado, como assessor do MEB e como alguém que conhecia um pouco do assunto, em plano nacional.

Até fins de 1962, meus contactos eram feitos com intensidade na região nordeste. Posteriormente, sendo esta a região onde mais as equipes se coordenavam, dei mais atenção à organização do trabalho nas regiões Norte, Centro-Oeste e em outros Estados com maior carência. Quanto ao resto do país foi dada apenas uma ajuda pequena. A ação, neste período de consolidação, desenvolvia-se mais no sentido de incentivar a estruturação do trabalho, formar as equipes de coordenação e supervisão, instrução sobre os meios legais para a fundação de sindicatos, orientar como processar e encaminhar os processos e como estimular a ação sindical. Assim sendo, a parte educativa do setor, em plano nacional, restringiu-se mais aos cursos e treinamentos, mas, no nível das equipes estaduais muitas outras coisas foram realizadas. Cumpre notar que, em alguns Estados, o trabalho de sindicalização nasceu dos esforços de membros do MEB.

2.3 Outros grupos - A Comissão Nacional de Sindicalização Rural.

Posteriormente, com o advento de novas portarias e o interesse crescente do Governo Federal surgiram tantas facilidades, para fundação e reconhecimento dos sindicatos, que já se tornavam previsíveis as consequências vindouras. A facilitação exagerada e a política ensejariam, em breve, a criação de entidades fantasmas.

A ULTAB começa a sistematizar sua ação no campo. Tentava-se fortalecer o Partido Comunista do Brasil, da linha chinesa, que agia com ligas e invasões de terras. No Rio Grande do Sul, surge o MASTER (Movimento dos Assalariados Sem Terra) de linha Brizolista, identificado com ligas e invasões, que entra também no processo de sindicalização.

Começa a estruturar-se neste período, o Movimento de Ação Popular (A.P.). Ideologicamente em oposição ao capitalismo e ao comunismo, buscando concretizar um humanismo personalista, amplia seus quadros e passa a disputar a liderança das entidades.

No começo, as equipes de linha cristã empregavam um tempo enorme na motivação e conscientização das comunidades, para que os trabalhadores assumissem suas próprias responsabilidades. Dando-se ênfase aos cursos de líderes buscava-se um sindicalismo autêntico e atuante. Com a publicação das últimas portarias, em fins do primeiro semestre de 1963, e a criação da Comissão Nacional de Sindicalização Rural iniciou-se uma blitz progressiva que desmantelaria aquele tipo de ação, forjaria o paternalismo, aumentaria a influência política e entregaria o sindicalismo a determinados grupos ideológicos.

Da Comissão Nacional de Sindicalização Rural

Esta Comissão Nacional de Sindicalização Rural nasceu de um convênio, em fins do 1º semestre de 1963, entre o Ministério do Trabalho e a SUPRA, para um prazo de três anos, da qual participavam oito membros sendo quatro indicados por um dos órgãos e quatro

pelo outro. Dois dêles seriam trabalhadores rurais, indicados também, respectivamente, pelas partes, os quais nunca chegaram a ter participação ativa. Foi elaborado um plano maluco de fundação de 1700 sindicatos em um ano, começando por áreas prioritárias e segundo critérios que atenderam a interesses políticos e a interesses dos componentes da Comissão. Dividiu-se o país em regiões, estabelecendo que em cada uma deveria ser fundado um nº x de sindicatos, em prazos determinados. O sistema operacional estabelecido, parece-me, não conseguiu ser realizado integralmente em parte alguma, por ter sido feito em gabinete e fora da realidade. Como, em alguns estados, começaram a estruturar-se Comissões Estaduais de sindicalização rural, a Comissão Nacional preferiu utilizar-se delas, bem como das Federações de trabalhadores já existentes e equipes locais para isso fundadas. Elaboraram-se fórmulas impressas de processamento, distribuídas sem muito critério, que, somadas às exigências bem facilitadas das portarias legais (uma assembléia de fundação com 50 trabalhadores, abolição do edital de convocação, por exemplo), precipitaram a avalanche desastrosa. No Ministério, conseguiram-se inúmeras inovações, reduzindo-se as secções de encaminhamento de processos. Pressões eram exercidas com a presença constante dos interessados ao lado dos relatores, fato sentido pela Comissão mas que não conseguia eliminar por falta de condições materiais nas suas salas.

2.4 A 1ª Convenção Nacional de Trabalhadores Rurais

Merecem destaque neste histórico a 1ª Convenção nacional dos trabalhadores rurais, realizada em Natal, de 15 a 20 de julho de 1963 e o Encontro de politizadores, em Aracaju, logo a seguir.

A Convenção apresentou inegáveis méritos. Os trabalhadores assumiram, dentro de seus limites. Houve uma boa participação do nordeste; o lado negativo foi a ausência, quase completa, das representações do centro-oeste, sul e extremo-sul. Elementos assessores do sul da Bahia e de Santa Catarina tumultuaram o conclave com denúncias de extremado direitismo, originando inclusive um manifesto repudiado pelas delegações. Aliás, os assessores estiveram em atritos durante todo o Encontro.

Quanto aos diversos grupos da faixa cristã, êles nasceram como resultado de ações isoladas, nestas distantes regiões do território nacional, e durante muito tempo, não tiveram qualquer contacto entre si. Poucos elementos mantiveram uma verdadeira comunicação antes da Convenção. Ao reunirem-se pela primeira vez, num contacto vis-à-vis, neste primeiro teste de força dos sindicatos rurais no país, surgiram dificuldades e desajustes diversificados. Em cada equipe, e mesmo entre as diversas equipes, o nível de formação variava em grandes proporções, fazendo com que a própria visão e análise da realidade fôsse enfocadas de ângulos multiformes, quando não divergentes. A desproporção quanto à consciência do problema ideológico e quanto ao conhecimento profundo do meio rural levava a posições teórico-práticas conflitantes. A partir daí, manifestou-se uma separação de fato e o diálogo natural, anteriormente estabelecido, ficou, de certo modo, cortado. Tentativas depois foram efetuadas para reatá-lo, sem resultados ponderáveis.

2.5 O Encontro de Politizadores

O Encontro de Politizadores, em Aracaju, tinha por meta realizar um estudo, crítico e retrospectivo, sobre a situação do sindicalismo rural brasileiro e sobre a situação presente das equipes e seu respectivo trabalho. Mesmo com participação restrita, produ-

ziu bons frutos. Valeu, predominantemente, pela constatação de que, com os inegáveis méritos da ação desenvolvida e sua expansão, as equipes de assessoria não tinham os rumos bem definidos e nem um planejamento a longo prazo. Ainda não se refletira seriamente sobre as consequências econômicas, sociais e políticas das novas leis e portarias como, por exemplo, o estatuto do trabalhador rural. Algumas assessorias tinham-se reduzido, quase exclusivamente, à assistência jurídica. Outras caminhavam já para que os trabalhadores assumissem sua responsabilidade plena, enquanto outras, ainda, exerciam um certo dirigismo na formação e na ação. As tensões subjacentes impediram que se formulasse um programa, restando da reunião uma valiosa pausa em comum.

Colocações importantes

Gostaria, aqui, de fornecer alguns dados pessoais sobre pontos essenciais para o bom entendimento das questões futuras, no que diz respeito às relações de elementos do MEB com a A.P. e os comportamentos distintos destes movimentos:

a) a A.P. pretende ser um Movimento sem especificidade cristã, de cunho personalista, com uma ideologia a ser explicitada e em amadurecimento e um projeto histórico em elaboração; grande número de cristãos nela entraram, buscando uma transformação da sociedade que fugisse ao dilema capitalismo e comunismo, mesmo nas suas novas formulações históricas; sendo um Movimento, procurava aliciar bons militantes em suas fileiras, para atuar também no campo;

O MEB, sendo um Movimento educativo e possuindo valores ideológicos, é cerceado por limites baseados na sua própria natureza e não lhe cabe elaborar um projeto histórico global; vários de seus membros participavam da A.P., como exigência de uma atuação em globalidade, em seu nome pessoal e nunca no do MEB; poderiam pertencer a outros Movimentos, pois o MEB não pretende ser uma resposta total de engajamento para os homens, nem satisfazer todas as suas atividades. (Nada impedia, por exemplo, que alguns militantes da Ação Católica, participassem de organizações culturais e mesmo de partidos políticos);

- o MEB tinha por missão a educação sindical, mas dada a competência extraordinária de cristãos atuando na frente sindical, procurava ajudar, sempre em caráter supletivo e transitório, as equipes que trabalhavam na sindicalização mesma (fundação de sindicatos, ação sindical, etc.), englobadas aqui sob a denominação genérica de equipes de assessoria ao sindicalismo rural, que constituíam um movimento autônomo; ajudava todas as equipes que necessitavam de auxílio, quando possível, equipes estas pertencentes às várias posições do grupo de linha cristã;

- ora, como é impossível separar na prática o comprometimento das pessoas enquanto educador, político, ideológico e como cada Movimento possuía uma disciplina de atuação, a confusão era permanente, principalmente para os que viam de fora; o MEB, tanto na Convenção como depois, nunca atuou como Movimento, nem teve atividade política ciente da sua missão; seus membros é que agiram nesta ou naquela direção, por sua conta e risco.

b) minha posição sempre foi muito complexa, pois lutava por objetivos - um Cristianismo vivo e a promoção do trabalhador rural - e não para defender orientações de grupos; procurava guiar-me pelo velho e sábio conselho de Santo Agostinho: "nas matérias indiscutíveis, obediência; nas incertas, liberdade; em todas as matérias, caridade";

- enquanto o trabalho e as pessoas que o iniciaram na faixa cristã eram acerbamente criticados por outros grupos, agi no sentido

de prestigiá-los, trabalhar a seu lado, defender a obra realizada, apesar de perceber falhas; quando equipes mais jovens se formaram, valorizei-as e estimei-as, buscando uma integração, a maior possível, esperando que a causa superasse as tensões; esclareça-se também que as equipes sempre selecionaram seu pessoal segundo critérios seus, sendo raras as ocasiões em que tive chances de ajudar com sugestões;

- êste papel "diplomático" era incompreendido pelas partes e ambas criticaram-me pela atuação na Convenção, por ter apoiado mais esta ou aquela, o que iria aumentar em futuro breve; procurei estar nas reuniões de todos os grupos, mas é impossível agradar a todos todo o tempo;

- em nenhum momento segui uma determinada disciplina, nem coordenei qualquer dos grupos, estando sempre presente e fazendo ponderações; mas, como infelizmente não de existir bodes expiatórios na História, ao invés de procurar as origens naqueles que realmente lideraram ou nos vícios do modo de orientar e agir das equipes, fizeram incidir sobre minha figura a culpa (vide artigos no "Jornal do Brasil", "Globo" e circulares); esta tática de queimar nomes cristãos é bastante generalizada em certas áreas contrárias à Igreja e predominantemente usada pelo PC, pois "espalhai, espalhai a mentira que ela se transformará em verdade"; e muita gente boa vai aceitando.

2.6 O envolvimento pela ULTAB

O fato mais sério foi que, direta ou indiretamente, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) envolveu a marcha da sindicalização e a Comissão. Cercando-a por todos os modos, presentes em massa nas reuniões importantes dos Estados, tendo ligações com elementos do Ministério do Trabalho e da SUPRA, conseguiram, em alguns meses, montar uma máquina nacional e superar em muito o número de sindicatos dos demais grupos, que já trabalhavam há anos. Como anteriormente dissera, inicialmente, esta entidade não se interessou de modo decisivo por sindicalização, mas, com o avanço do movimento de perspectiva cristã e reconhecendo a força com que os sindicatos despontavam no processo brasileiro, passaram a agir rápido e de maneira envolvente. Tendo sido denunciado êste fato, certa vez, à Comissão, seus responsáveis alegaram que aquêles era o único grupo que estava sempre presente. A partir desta crítica, no entanto, passaram também a considerar o grupo da Ação Popular. Com relação aos grupos da faixa cristã, inclusive os do MEB, eram considerados pela Comissão e nas áreas oficiais como "sindicatos dos padres" e tinham a pecha de "reacionários". Daí o apoio ostensivo aos outros e o boicote sutil ou declarado às pessoas e às entidades fundadas pelas equipes de linha cristã. A ben da verdade, aclare-se que muitos sindicatos fundados pela ULTAB eram dinâmicos e havia nelles inúmeros líderes autênticos.

2.7 Minha presença na Comissão Nacional de Sindicalização Rural

Em meados de outubro de 1963, quando se percebeu tôdas as implicações do trabalho da Comissão, foi que, instado várias vezes para participar da mesma, aceitei entrar, absorvido e sem tempo, para estar presente e tentar algo útil. Pouco foi possível fazer: o plano já traçado, impossibilidade física de atuar, minoria absoluta. Fiz duas viagens e fiquei, concretamente, até a terceira semana de dezembro de 1963. Vale dizer que tôda a remuneração por mim recebida (dois meses) foi aplicada na própria sindicalização. A partir de janeiro deste ano, nada mais recebi e apareci apenas em duas ocasiões

para ver o encaminhamento de alguns processos. Tentei demitir-me o quanto antes, não o fazendo por estar esperando substituto; porém, mesmo assim, assinei a demissão dia 31 de março e viajei, ficando o portador im possibilidade de entregá-la em virtude dos acontecimentos políticos. Sou obrigado, com pesar, a esta colocação pessoal, a fim de desfazer outra crítica " de que me aproveitei do MEB para atingir cargos de prestígio!"

2.8 Da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Preocupados com a conjuntura e o processamento rápido das federações lideradas pela ULTAB, as equipes mais antigas da faixa cristã precipitaram a fundação da Confederação, que era também uma das resoluções da Convenção de julho, em Natal. Pretendia-se efetuar-la em Brasília. Feitas as primeiras sondagens no Rio, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural orientou no sentido da sua realização no Recife, dado que o maior número de federações reconhecidas estava no nordeste. Por trás dos bastidores, principalmente da Comissão, comentava-se que o pessoal do nordeste "não tinha peito para fazê-lo". Por esta ocasião, existiam cinco federações reconhecidas no país: Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, São Paulo e Paraná (esta última ligada ao P.C.), sendo que a lei exige apenas três federações reconhecidas para constituir uma confederação. Foi legal, portanto, a fundação. No ato, o Paraná esteve ausente. Os representantes do nordeste alegaram que a federação paranaense fôra convidada em tempo e que, inclusive, haviam-se deixado para ela algumas vagas na chapa eleita. A federação do Paraná alegou que o convite chegou na véspera, considerando isto uma discriminação. Foi idêntica a resposta da Comissão, ligada a ULTAB, que não aceitou a fundação, tendo enviado, juntamente com o do Ministro do Trabalho, telegramas a Recife insistindo para adiar a fundação, por sua "precipitação".

Argumentando que a eleição não fôra democrática, pela ausência de algumas federações fundadas, ainda que não reconhecidas, a ULTAB resolveu então fundar novas confederações no sul e os processos disputariam a preferência do Presidente da República, mas não chegou a tentá-lo.

Passado certo tempo da data de fundação em Recife, representantes da Diretoria eleita e das assessorias compareceram ao Rio, cederam cargos para o P.C. (segundo informaram a Secretaria Geral e outros) e levaram o processo ao Ministério do Trabalho. Na oportunidade, disseram que pressionados primeiro pela Comissão, a qual falara em amarrar o encaminhamento do processo, depois pelo Ministro, concordaram em aceitar nova fundação, em data próxima, com tôdas as federações reconhecidas, ou fundadas.

Este fato selou a sorte da confederação e foi a aceitação tácita da degradingolada. Não julgo a atitude do grupo. Medidas haviam sido tomadas em um Encontro de representantes regionais dos grupos de linha cristã, no Rio, para proteger a confederação e oficializá-la perante a opinião pública, antes dêste acontecimento. Mas essas medidas não foram utilizadas. Poder-se-ia, após, denunciar aquêle fato pelos jornais. Mas calaram-se. Certamente tiveram suas razões. Quem conhece as tramas do jôgo político sabe como são complexas as soluções no seu interior e como é fácil julgá-las intempestivamente do exterior.

Parece-me, pois, não participei de qualquer reunião da "operação con federação" que se acertaram compromissos orais na ocasião, sempre deixando na presidência o anteriormente eleito ou o cargo para o primeiro grupo fundador. Falou-se em três hipóteses de compromissos: por nomes, por cargos, por representatividade de regiões.

A partir daí, os grupos representativos de tôdas as tendências passaram a fundar federações naciçamente. A ULTAB, nos Estados onde era mi noria, fundava federações da mesma categoria de outra já fundada para

ver quem conseguiria reconhecer sua entidade, no Ministério. Como é sabido, são necessários cinco sindicatos de uma mesma categoria profissional, em âmbito estadual, para se constituir uma federação e nossa legislação permite cinco federações de trabalhadores por Estado.

Coube à Comissão Nacional de Sindicalização Rural convocar a reunião para a nova fundação, em dezembro de 1963. Ela trouxe os representantes das federações e dirigiu todos os trabalhos do Encontro no Rio. O quadro eleitoral estava tão alterado que compareceram 24 federações com direito a voto, ao invés das cinco anteriores, sem contar as da mesma categoria, consideradas conflitantes e que foram inabilitadas para votar.

O MEB não participou do Encontro, nem fez qualquer tipo de reunião. Os elementos indicados pelas dioceses e os pertencentes aos quadros do MEB atuaram segundo o grupo que lhes aprovou, por sua conta e risco.

Sem contar as raríssimas minorias independentes, as forças se distribuíram em: grupo da primeira fundação (GPF), Ação Popular (AP) e Partido Comunista (PC). A distribuição por federações foi:

PC	-	10	federações
AP	-	8	"
GPF	-	6	"

Soube que houve na véspera uma aproximação entre o GPF e AP, da qual saíram duas interpretações. Pelo que se sabe a AP manifestou-se contrária a uma posição frontal de discriminação do PC. Diz-se ter alegado, ainda, que, em vários Estados, as federações nasceram de composições mistas com êle, face a compromissos políticos de cunho ideológico e a perspectiva de luta no processo brasileiro. Parece que a discordância maior no contacto com o GPF foi por êle estar sendo coordenado por um elemento de Pernambuco, bastante queimado por suas atitudes em ocasiões passadas e de linha ideológica divergente. Parece, também, que o GPF permaneceu pensando que somaria com a AP e venceria as eleições. Corria a idéia de uma chapa só, a fim de conseguir unidade. Baseado na proporção de forças votantes, o PC estabeleceu o esquema de PC-4 membros, AP-3 membros e GPF-2 membros (uma diretoria tem nove membros efetivos).

Iniciados os contactos definitivos, o PC e AP fizeram a distribuição dos cargos e dos nomes. O GPF ameaçou não participar da chapa e um dos seus assessôres procurou o PC, desejando ao menos um cargo mais expressivo (havia lhe dado a 3ª vice-presidência e a 2ª secretaria, sem sequer considerar aquêles compromissos orais anteriores à reunião no Ministério).

Não conseguindo, para manter a unidade e sentindo que poderia somar os 3 de AP com os 2 seus e fazer 5, tendo maioria na direção, pois o PC tinha 4, aceitaram compor a chapa que foi eleita, assim distribuída:

	Presidência - PC
Diretoria:	1ª vice-presidência - AP
	2ª " " - PC
	3ª " " - GPF
	secretaria geral - AP
	1ª secretaria - PC
	2ª " " - GPF
	tesouraria - PC
	1ª " " - AP

Ponderando, hoje, minha participação naqueles acontecimentos, vejo que falhei. Inicialmente, a fim de evitar as confusões que eram previsíveis, fiz uma viagem e apenas apareci no Encontro já em seu 2º dia, ficando ausente dos contatos iniciais. Depois, temendo pecar por omissão, resolvi participar - sempre na qualidade de membro da Comissão e sofri as consequências da confusão. É óbvio que não poderia interferir decisivamente em nada, mas, com as amizades que possuía em AP e no GPF, um gesto incisivo, à altura do fato, poderia talvez, psicologicamente, alterar o procedimento seguido. Os motivos das falhas foram:

. aceitar o tipo de composição, por inabilidade tático-política, tendo lutado em sugerir alguns esquemas que não foram aproveitados;

. por não ter combatido com maior força para que os cargos de presidente e tesoureiro não fossem entregues aos dois eleitos que não eram autênticos trabalhadores rurais; apesar de em hora alguma ter aceitado este fato, faltou-me o dom da força para tomar uma atitude viril, que teria seu impacto;

. porque desta vez não atendi igualmente aos grupos, tendo-me aproximado do GPF momentos antes da eleição; estive mais junto da AP, diga-se, inclusive, pelo receio das atitudes de alguns líderes seus, com quem tinha reservas por sua radicalização. Fique explícito que nem anteriormente ao Encontro nem durante, coordenei nenhum grupo, apesar da insistência com que me pediam para fazê-lo; por duas vezes forcei um contacto da AP com o GPF, não o conseguindo.

Nos primeiros meses de existência da CONTAG, a AP e o GPF não conseguiram articular-se devidamente. O PC, na sua velha fórmula de estabelecer-se nas cúpulas, dava-se por satisfeito, pois contava com profissionais sempre presentes, com o envolvimento da Comissão nacional e outros instrumentos de ação. Ao PC interessa a hegemonia do poder, para isso usando tôdas as artimanhas, inclusive queimando os demais grupos, se necessário. A entidade não chegou sequer a afirmar-se no cenário nacional. Seu trabalho fixou-se mais no plano de sindicalização e no reconhecimento das entidades que lhe interesavam, cujos processos estavam em andamento.

2.9 O trabalho no setor de sindicalismo do MEB

Intensamente preocupados com a conjuntura do sindicalismo rural, os coordenadores estaduais, juntamente com a equipe nacional, reuniram-se em agosto de 1963, no Rio, acertando algumas resoluções "ad referendum" do Conselho Diretor Nacional.

Percebeu-se que, naquela perspectiva de ajuda às equipes de assessoria do sind. rural, principalmente no que diz respeito a treinamentos, cursos, viagens, várias confusões se originaram. Era difícil distinguir na prática os elementos pertencentes a esta ou àquela equipe. Considerando, contudo, a situação existente nos Estados, na maioria dos quais foi o MEB quem deflagrou o processo de sindicalização e que, se não houvesse um atendimento imediato, muitas das equipes de assessoria desapareceriam, sentiu-se a necessidade de uma colaboração íntima entre os dois Movimentos. Resolveu-se continuar com a ajuda supletiva anterior mas a prazo certo, até que outras organizações assumissem, autônomamente, aquele trabalho. O MEB permaneceria sempre com a educação sindical.

Posteriormente, em janeiro de 1964, numa reunião idêntica, voltou-se a refletir seriamente sobre o assunto. O MEB devia continuar a educação sindical, mas os laços com as equipes de assessoria, em termos de ajuda, tendiam a desaparecer. O setor de sindicalismo, no

MEB nacional, passou por alterações: novos elementos entraram e dei-xei a função, apenas contribuindo na elaboração de uma apostila e apoiando os novatos.

2.10 Questões que estavam sendo objeto de reflexão por parte do MEB

a) O processo de conscientização do trabalhador rural leva-o a uma superação da fase mágica ou pré-científica e êle passa a criticar os valores inautênticos e a desejar viver segundo os autênticos. Uma obra de conscientização autêntica deve levar ao encontro com Deus, que o trabalhador aceitará ou não com liberdade e por sua própria vontade. O homem do campo tem uma confiança em Deus, mesmo ingênua, que precisamos tornar consciente. Como harmonizar, então, a promoção humana, que deve ser feita, com as estruturas da sociedade que o trabalhador descobre serem injustas? Ou com a Igreja, depositária da Mensagem Evangélica, que, infelizmente, chega a êle, tantas vezes, fundamentada em valores superficiais?

" A dessacralização do universo é um dos elementos fundamentais da mutação em curso". " As religiões fundamentadas essencialmente em tal função, a de fornecer os elementos rituais e mágicos de uma proteção contra o universo, que êle não domina, nem intelectualmente, nem materialmente, não poderão resistir às investidas da civilização técnica. Na medida em que o Cristianismo deu lugar a desvios dêste tipo, porque êle estava integrado numa civilização rural pré-técnica, êle terá de ser purificado e desembaraçado, progressivamente, de um grande número de elementos supersticiosos. Mas esta purificação não significará um progresso real se êle, do mesmo modo, não atingir as massas através da transformação de sua catequese, de sua liturgia, de sua pastoral" (fr.Houtart: Église - Monde. Ed. du Cerf Paris, 1964).

b) O pluralismo das orientações dos grupos que atuam no campo renova, cada dia, as questões teórico-práticas a serem enfrentadas. A luta ideológica não foi eliminada com a revolução de abril. A sindicalização é um processo irreversível. Se ela estava em ritmo galopante, breve retomará um ritmo qualquer. E os problemas continuam: quem serão seus líderes? Como defender-se da exploração desumana, do desenprêgo crescente que se processa? Como conseguir a aplicação do estatuto do trabalhador rural, do futuro estatuto da terra?

c) Isto tudo leva o MEB a pensar numa pedagogia dinâmica, atualizada e realista. Há que repensar os métodos e o próprio ritmo da conscientização, face as mudanças em processo na realidade brasileira. Nunca, como agora, se fizeram tão necessários líderes bem formados. Daí, a exigência de revitalizar e dinamizar os cursos e treinamentos para os trabalhadores. Onde o govêrno ou outros organismos criarem as possibilidades para o desenvolvimento dêstes meios formativos, o MEB deve estar presente e levar seu testemunho.

d) Optando o Movimento pela faixa educativa, poderá restringir-se a isto? É possível formar líderes, viver a dinâmica do meio rural sem um contacto permanente com os grupos que nela atuam? Como conhecer a realidade sindical e sua problemática, desconhecendo a ação sindical? O Movimento deve pois descobrir um modo ótimo de comunicar-se, permanentemente, com as equipes de assessoria, ou com as entidades sindicais, sem os desgastes havidos no passado. Agora que a máquina sindical rural se ampliou pelo país, apesar dos seus erros e vícios e do muito que ainda resta por fazer, o Movimento deve munir-se de instrumentos que o habilitem a uma ação duradoura e profunda no incentivo da verdadeira sindicalização.

3. Situação atual. Nossas responsabilidades

Em consequência das alterações políticas, desde 1º de abril último passado, a CONTAG, a maioria das federações e inúmeros sindicatos acham-se sob intervenção.

No MEB houve também uma paralização completa do setor, tanto nos Estados como em plano nacional, até que se definam os caminhos a seguir.

Quanto aos sindicalizados, se seu ardor diminuiu nestes meses, foi pelo impacto de não compreenderem bem o que se passou. A própria necessidade de estarem unidos, contra seu esmagamento por parte de forças poderosas, favorece sua rearticulação. Em vários Estados isto já acontece e eles aguardam alguém que os oriente. Seria lícito ignorá-los? E há um fato a salientar, ainda obscuro, que está exigindo maiores esclarecimentos: enquanto os cristãos foram caçados a dedo, a Igreja ofendida, os próprios membros do PC estão espantados com sua liberdade. A ponto de dizerem que a máquina continua armada e é só arrumar dinheiro para entrar em pleno funcionamento.

Levando em conta tudo isto, gostaria de fazer um apêlo, que é um grito pela justiça. Com o apêlo do MEB, através das suas aulas, de seus programas especiais, do contacto pessoal e por inúmeras outras maneiras, milhares de trabalhadores rurais foram motivados para o associativismo e entraram para os sindicatos. Desconfiados por natureza e por séculos de subserviência, fruto da dominação do homem sobre o homem, foram amadurecendo para o sentido comunitário, para o trabalho em equipe, a reflexão conjunta, cativados pela mensagem nova que os elementos do MEB lhes transmitiram. E passaram a confiar no MEB, porque lhes falava palavras de verdade, agia com amor real e não os anestesiava com as incontáveis promessas eleitorais ou os brilhantes planos no papel, nunca concretizados. Esta confiança recíproca e comunicação crescente, ainda que em gestação, são talvez os primeiros raios de luz na configuração de uma sociedade nova, onde os diferentes estágios no saber da cultura sejam apenas um momento ante o irromper da verdadeira cultura, a cultura de todos os homens. A aspiração é caminhar para um tipo de sindicato, autêntico órgão intermediário, que possibilitasse a presença e a participação real dos trabalhadores nos órgãos de decisão.

No passado, sindicato era um nome pichado, por anos de vícios estruturais, consequência das lideranças de cúpula e dos aproveitadores, de sua má utilização e porque constituíam, via de regra, um grupo de pressão de defesa da classe contra os abusos e as injustiças patronais. Quando a CNBB, no Plano de Emergência, pediu aos cristãos que dessem ênfase ao trabalho do sindicalismo rural, estava fundamentada no realismo de sentir que o sindicato se constituía, naquele momento, num dever de justiça inadiável. Procurou inclusive incentivá-lo diretamente numa ação supletiva. Hoje, sindicato ativo passa a ser sinônimo de "quebra das vias democráticas". Aproveitando-se da situação, alegando que é impossível pagar salário mínimo, que os tempos mudaram, proprietários sem conta estão expulsando naturalmente os trabalhadores e fixando-se, como é óbvio, nos trabalhadores que já gozam de estabilidade e nos líderes. Isto aumenta o desemprego e uma multidão crescente continua dirigindo-se às cidades, onde a industrialização não consegue absorvê-los. As favelas multiplicam-se e a insatisfação social torna-se explosiva. As autoridades governamentais manifestam que a nova situação não defenderá privilégios e garantirá um sindicalismo democrático. Nada do que vem acontecendo, no entanto, sintoniza com a afirmação. Aguardemos.

De resto, centenas de trabalhadores, formados em treinamentos

dirigidos por cistãos, também êles criados à imagem e semelhança de Deus, nossos irmãos no Cristo, são perseguidos, são aprisionados, apanham e suas famílias numerosas ignoram seu paradeiro. Ame-drontam-os e as suas famílias para que abandonem os sindicatos. Esquecem-se de que, acostumados a viver numa violência branca, são mais fortes e têm mais esperança do que nós. Os de classe média, os de nível superior possuem amigos, são bem tratados; êles não possuem ninguém a não ser a sua fé. Mas, para que as injustiças não façam fecundar o ódio em seus corações, para que não pereça a esperança de que o Brasil teria as condições de concretizar uma transformação humana e justa, ainda não realizada na História e para que líderes "carismáticos" ou ideologias extremistas não constituam, agora sim, um atrativo irresistível, pela falta absoluta de caminhos delineados, há que se continuar a obra iniciada. Se antes a Igreja-instituição atendeu a esta atividade em caráter supletivo, hoje ela deve fazer ver aos cristãos o imperativo de carrear para os trabalhadores sua voz de esperança, de defesa de sua dignidade de pessoa, de continuidade no trabalho de sindicalismo rural, ao lado de outros instrumentos de ação. Abandoná-los seria traí-los na confiança em nós depositada e, a longo prazo, perdê-los.

Tenho plena convicção de que o MEB responderá a isto urgente e refletidamente. Não teríamos mais coragem de falar em autenticidade, em lealdade, em caridade, se esquecêssemos a questão ou a fechássemos por falta de meios.

Conclusão

A verdade às vêzes é dura e dói. Peço apenas o direito de ser entendido por dizê-la cruaente.

Aproveito o ensejo para testemunhar o trabalho incansável dêstes militantes que se engajaram no sindicalismo rural, pela libertação e promoção dêstes brasileiros do campo - sub-homens, por condição. Dando tudo de si, com um incomensurável idealismo, deixando seu meio para viver o meio rural, êles acreditavam estar respondendo às suas tarefas de encarnar o Evangelho no tempo e no espaço. Não dar meios para a sua melhor formação e conseqüente amor mais real à Igreja, desiludí-los, é muita responsabilidade...

E quero agradecer o testemunho de tantos do MEB e das equipes de assessoria que me fizeram conhecer mais o homem e amar mais o Cristo.

Rio, julho de 1964.

ass.: LUIZ EDUARDO WANDERLEY

Lido na reunião do Conselho Diretor Nacional do Movimento de Educação de Base, realizada nos dias 2, 3 e 4 de agosto de 1964